

# “NA MINHA FAMÍLIA NÃO”: CULTURAS E INVESTIMENTOS EM FAMÍLIA, HOMOSSEXUALIDADE E CISHETEROPATRIARCATO

“NOT IN MY FAMILY”: CULTURES AND INVESTMENTS IN FAMILY, HOMOSSEXUALITY AND CISHETEROPATRIARCHY

## RESUMO

Acreditamos que as imagens nos educam e trazem intencionalidades. Ao analisarmos duas imagens veiculadas no *Instagram*, percebemos que setores conservadores vêm utilizando o artefato cultural com vista a normatizar e universalizar a concepção de família nuclear (heterossexual cisgênero, composta por pai, mãe e criança). Imagens que educam à desvalorização da diferença e levam à perpetuação e manutenção da cisheteropatriarcalidade. Ao considerarmos a cultura campo de disputas, negociações e resistências, as análises foram feitas ancoradas no campo teórico dos Estudos Culturais Pós-estruturalistas e dos estudos de gênero e sexualidade, uma vez que esses estão direcionados a interrogar as redes de produção de significados nas sociedades. Nessa direção, reconhecer a pluralidade cultural e formular políticas para grupos subalternizados e marginalizados são elementos de enfrentamento e posicionamento frente a uma realidade que busca suprimir vidas e possibilidades de existências. Com as imagens analisadas observa-se as estratégias conservadoras de promoção do pânico moral que busca, dentre tantas intencionalidades, promover a família nuclear por meio da marginalização e violência a outros arranjos familiares.

**Palavras-chave:** família. cisheteropatriarcado. culturas. pânico moral.

## ABSTRACT

We believe that images educate us and bring intentions. By analyzing two images posted on Instagram, we realize that conservative sectors have been using the cultural artifact in order to standardize and universalize the concept of nuclear family (cisgender heterosexual, consisting of father, mother and child). Images that educate to the devaluation of difference and lead to the perpetuation and maintenance of cisheteropatriarchy. When considering culture as a field of disputes, negotiations and resistance, the analyzes were based on the theoretical field of Poststructuralist Cultural Studies and gender and sexuality studies, as these are aimed at questioning

---

### Marcio Rodrigo Vale Caetano

Professor da Universidade Federal de Pelotas, Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: mrvcaetano@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4128-8229>

### Nilcelio Sacramento de Sousa

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: nilceliosousa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8908-1841>

### José Rodolfo Lopes da Silva

Doutorando em Educação na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: jrodolfoledes@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8719-202X>

the networks of meaning production in societies. In this sense, recognizing cultural plurality and formulating policies for subalternized and marginalized groups are elements of confrontation and positioning in the face of a reality that seeks to suppress lives and possibilities of existence. The images analyzed show the conservative strategies for promoting moral panic that seek, among many intentions, to promote the nuclear family through marginalization and violence to other family arrangements.

**Keywords:** family. homosexuality. cisheteropatriarchy. cultures. moral panic.

## Introdução

Ao realizar esta escrita, envolvemos algumas imagens postadas na rede social *Instagram* - sendo uma delas em julho de 2021, enquanto a outra fazia referência a uma publicação estadunidense, impressa e veiculada na década de 1980. Com isso, buscamos articular diálogos no campo da sexualidade, do gênero e suas intersecções, pensando que os discursos e imagens proferidas por esses artefatos culturais - que são nesse caso as imagens - interpelam os sujeitos e (re)afirmam práticas, representações e identidades hegemônicas. Para isso, lançamos mão das perspectivas teóricas do campo dos Estudos Culturais, pelo diálogo com suas vertentes pós-estruturalistas.

Acreditamos que muito mais que seduzir, esses artefatos culturais são tensionados por um conjunto de saberes, conhecimentos, formas de pensar e agir. Por isso, entre outras coisas (re)produzem “[...] um certo corpo de conhecimentos [...]” (SILVA, 2004, p. 140) que regulam condutas, representações, (re)produzem identidades, valores, hábitos, relações de poder ao mesmo tempo que ensinam como ser homem e mulher em uma perspectiva limitada e reiteradamente “natural”. Embora saibamos com Certeau (1994) que nem sempre consumimos como recebemos aquilo que nos é apresentado.

Na perspectiva cultural, compreendemos as pedagogias vinculadas nos artefatos culturais, nesse caso imagem-texto vinculados na mídia e redes sociais, enquanto processos sociais que ensinam e investem, “[...], uma vez que os discursos instituídos por eles incidem sobre os sujeitos e disputam as subjetividades, apontando formas de ser e de estar no mundo” (ANADON; CAETANO & RANGEL, 2015, p. 4). Dessa forma, pensamos a cultura como um campo de disputas e negociações em que são (re)construídas posições de sujeito, envolvendo diferentes marcadores como gênero, sexualidade, raça, geração, nacionalidade, dentre outros. É importante demarcar que tais processos não ocorrem sem tensionamentos e resistências, uma vez que onde há poder há resistência (FOUCAULT, 1988). Nos interessa pensar os efeitos de tais relações de saber-poder nos contextos sociais, culturais e na (re)constituição de sujeitos e práticas.

Cabe salientar, portanto, que nesse texto, discutimos as representações de gênero e sexualidade na publicidade, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais. Pensando as representações como formadas por ideias, conceitos, valores e imagens que podem determinar estigmas, preconceitos e contribuir para comportamentos e

relações sociais. Desse modo, é como nos assinala Marie-Jos Mondzain “[...] quando a imagem não é uma coisa, ela provoca o advento de alguém” (MONDZAIN, 2011, p.106). Ou seja, as imagens não são apenas reflexos de informações que circulam no sistema-mundo, mas expressões de sujeitos que as criam, substanciando, opiniões e valores que engendram na sua (des)formação. Entendemos, portanto, que a reiteração compulsória da norma cisheteropatriarcal<sup>1</sup> do sistema-mundo (im)posta na vinculação de imagens-textos e discussões sobre corpos-vidas, negam direitos sociais e submetem todos e todas, em especial os corpos-vidas considerados desviantes, a violação de direitos e precarização, tornando-se, um atentado à democracia.

Na tentativa de perseguir e problematizar essas e outras questões, nos deslocamos entre as perspectivas dos Estudos Culturais que buscamos para pensar como essas imagens e discussões (re)afirmam, movimentam e/ou deslocam assimetrias das perspectivas hegemônicas de gênero, sexualidade e outras intersecções nos múltiplos *espaçostempos* em que circulam. Com isso, pensamos e articulamos também esses marcadores a partir dos estudos de gênero de perspectiva feminista.

Sendo assim, o artigo está organizado em quatro partes, começando pela introdução. Na segunda parte tecemos considerações a partir de uma imagem veiculada na internet, sobre seus investimentos na construção da “família de verdade” e do perigo. Em seguida analisamos uma segunda imagem que também apresenta a homossexualidade como um perigo a família nuclear. As imagens são de contextos e épocas distintas, mas nos possibilitam pensar em aproximações e permanências de saberes e relações conservadores que enquadram alguns sujeitos como inferiores e perigosos enquanto outros são apresentados como naturais, que precisam, portanto, de proteção. Por último trazemos as considerações finais do artigo.

## **Imagens: (re)construindo e disputando saberes, relações e existências**

Em julho de 2021, uma imagem veiculada virtualmente nos impele a refletir acerca dos investimentos possíveis nas imagens - pensando-as como produtoras de verdades, saberes e relações. A ilustração traz como elementos uma família sendo pairada por duas mãos. Uma delas, representa a mão de um monstro, que possui garras, e cores do arco-íris, fazendo alusão ao movimento LGBTI+<sup>2</sup> enquanto a outra

<sup>1</sup> A categoria origina-se da junção de três conceitos: cisgeneridade, heteronormatividade e patriarcado. Panoramicamente, esses conceitos podem ser compreendidos como sendo, cisgeneridade - sujeito que se identifica com o gênero atribuído no nascimento; heteronormatividade - sistema político que determina a dicotomia complementar e assimétrica entre sexos/gênero instituindo a heterossexualidade como norma e, finalmente, patriarcado - sistema político-social em que o homem adulto detém o controle sobre todas as relações de poder (SILVA; NASCIMENTO; CAETANO, 2021).

<sup>2</sup> A sigla apresenta variações e vem sendo ressignificada ao decorrer dos anos como tentativa de dar conta do máximo possível de representações das identidades. Para este projeto a sigla LGBTTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais) será adotada como forma de dar visibilidade a essas outras identidades de gênero e orientações sexuais. O sinal de + é utilizado como forma de incluir pessoas que não se sintam representadas pelas outras letras e indicar de que o processo de (re)construção da mesma não se finda.

é a mão de um homem branco que busca impedir a ação desta, protegendo, dessa forma, a família do suposto perigo que se aproxima. Também há uma frase com os dizeres “*Na minha família não.*” com destaque para a palavra “não” que se encontra em vermelho e fonte maior. Assim nos questionamos: qual sentido de democracia vem sendo (re)construído, a quem tais significados servem, quais usos, arranjos e sentidos vêm sendo engendrados?

Figura 1 – Imagem “NA MINHA FAMÍLIA NÃO”



Fonte: *Instagram*

Este contexto está sendo marcado pela ascensão de diversos discursos conservadores que buscam deslegitimar minorias sociais em suas agendas. A gramática político-pedagógica elaborada envolve operações que intervêm diretamente na criação de pânicos morais capazes de limitar reivindicações progressistas de direitos humanos (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). As estratégias da Nova Direita (HYPOLITO; LIMA, 2019)<sup>3</sup> se deram sobretudo, a partir de linguagens cybers que buscaram, em último nível, a desqualificação dos movimentos sociais populares. O pânico moral passou:

[...] a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa: as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de direita; especialistas

<sup>3</sup> Para os autores, a Nova Direita se formou a partir do dismantelamento do Estado de Bem-Estar e se constituiu a partir dos grupos neoliberais, populistas autoritários e da nova classe média profissional. Liderados pelos neoliberais, eles representam o grupo que orienta as diretrizes político-econômicas alinhadas às prerrogativas do mercado. Já os grupos populistas autoritários, formados por fundamentalistas religiosos, seriam advindos da classe média e trabalhadora, os quais, desconfiados do Estado e preocupados com a segurança, a família e o conhecimento, buscam, nos valores tradicionais, a sua base de sustentação, sendo os neoconservadores. Por fim, o último grupo seria a nova classe média profissional que se centraria na mobilidade social e no temor de retroceder economicamente

socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorrem-se a formas de enfrentamento ou procura-se desenvolvê-las (COHEN, 1972, p. 09). Tradução livre

As inúmeras verdades produzidas e veiculadas nas redes sociais virtuais em torno do Brasil se disseminam nas telas de notebooks e celulares, nos levando a refletir com Castells (2015), que as formas de controle tradicionais que outrora foram experimentadas pelas democracias se dissolveram, resultando em colapsos no sistema de representatividade. A vigilância e o controle social mediante o uso tecnológico, ampliaram a capacidade autoritária de governos para desmobilizar movimentos sociais e impor limites à democracia.

Como nos tornamos sujeitos em uma sociedade que vem sendo (re)construída de forma discursiva e não discursiva, Rosa Maria Bueno Fischer (2001) nos ajuda a pensar na produção de nossos corpos em meio a esses modos de interpelações positivas de nossas subjetividades. A positividade, para a autora, busca atingir nossa produção máxima para servir a determinadas relações de poder, fazendo com que estejamos envoltas/os em processos em que diferentes saberes atuam e nos constroem enquanto sujeitos, sociedade, culturas e verdades. Reflexões que nos possibilitam questionar: quais são as potências e limites de uma imagem? Quais sentidos de família, sujeitos e perigo que são emitidos pela imagem que analisamos?

Acreditamos que as imagens, e tantas outras expressões midiáticas, também nos educam, trazem intencionalidades. As mesmas são elaboradas e preenchidas com elementos que educam mãe, pai, filhas/os, tias/os, avós, primas/os, vizinhas/os, etc. formando assim uma trama, uma rede que busca em diferentes momentos nos preparar para ser a mão que impede o cruzamento da fronteira, o se aproximar do lado “errado”. Instauram-se processos disciplinares que intentam “fabricar” o sujeito para que ela/e mesma/o se governe - em meio a normas de ritmo e eficácia -; para que tais corpos sejam submissos, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1999).

Chamamos à atenção mais uma vez para os jogos enunciativos que o texto-imagem instaura a respeito do que apresentaria a homossexualidade para a constituição da família e conseqüentemente para a sociedade. A homossexualidade inicialmente produzida como doença, passa a ser vista como comportamento pecaminoso uma subversão ao considerado natural, balizando uma ideia de ameaça a constituição da família. Para nós, tais enunciados instituem e compartilham de um projeto que exclui e/ou autoriza a violência contra aqueles e aquelas que não se enquadram na (cis) norma estabelecida como natural, mesmo tempo em que joga corpos-vidas que não se enquadram ao lugar do desvio do anormal. Além disso, outra questão que nos chama a atenção é o apelo afetivo feito em torno da imagem/ideia de família como instituição na qual só se constituiria como tal, se não tiver uma pessoa homossexual. Ou seja, a homossexualidade seria uma ameaça para a constituição da família, desconstruindo assim essa instituição, pois como nos argumenta Luiz Felipe Miguel (2016, p. 597), “[...] trata-se de uma ameaça única, indistinta, de subversão dos arranjos familiares

que são vistos, a um só tempo, como naturais, de origem divina e indispensável à reprodução da vida social”.

O combate a uma sexualidade “anormal”, à qual não estaríamos todos e todas virtuosamente destinados/as seria a preservação da família natural e do sexo biológico. Com isso, enfatizam a hegemonia da heterossexualidade e colocam a homossexualidade, cujo teor evidenciam classificações enviesadas por critérios preconceituosos, estigmatizantes e excludentes, que delimitam em esferas opostas e polarizadas a vivência de gênero e sexualidade, atribuindo, de modo uniforme e inflexível, à “categoria” homossexual, deficiências genéticas, anormalidades psicológicas e influências do meio ambiente prejudiciais ao comportamento saudável, e assim, os comportamentos e questões ligadas às vivências das sexualidades vão sendo categorizadas em concepções binárias pela sociedade por meio do contínuo sexo-gênero-desejo, construindo, oposição e exclusão como em um organização hierárquica.

É válido mencionar que enunciados como esses, colocam em circulação e reverberam efeitos de saber-verdade produzindo discursos que nos posicionam como sujeitos dignos de aceitação ou de recusa. Desse modo, vai alocando vidas-corpos em zonas habitáveis e não habitáveis da vida social. Enunciados desse tipo, vão descartando ou permitindo ser descartados corpos-vidas, modos de existências nomeados como ilegítimos por um sistema que é pautado pelo poder da norma da forma padrão como modelo universal.

Nesse sentido, viver uma sexualidade ou construir uma família fora do padrão hegemônico significa estar à margem, alocado em um espaço associado ao subversivo, ao ruim, ao lugar de abjeto, produzindo assim, um estilo de vida extra moral (BUTLER, 2003), cuja materialidade desses corpos-vidas não é importante. Ou seja, trata-se de produzir sujeitos que têm vergonha de si ao mesmo tempo em que produzem indivíduos que são “instâncias de vigilância suprema sobre sua própria plasticidade sexual” (PRECIADO, 2010, p. 3).

O processo de (des)conhecimento de corpos-vidas como vivíveis e não vivíveis, produzidos por meio de uma tecnologia centrada no saber-poder que produz efeitos de verdade, bem com potencializa modos de governos que mergulham em práticas que determinam modos de vidas, atrações e desejos como unívocos “é um caminho muito fácil para encontrar o fascista que habita em nós. Nada mais sedutor do que legislar sobre a vida do outro” (BENTO, 2006, p. 28). De fato, para enunciados como esses não pode haver corpos-vidas fora da matriz de inteligibilidade heterossexual e inscrito em um campo discursivo da heterossexualidade e, portanto, a existência para esses corpos-vidas desertores, que vivem à margem, é uma espécie de porta aberta para um regime machista, racista, homofóbico, lesbofóbico, transfóbico etc., que tem cada vez mais, sentenciado milhões de corpos-vidas ao extermínio, a invisibilização e precarização. Representaria, como nos diz Giorgio Agamben (2002, p. 43-44), um processo no qual a ausência de padrões fixos do modelo considerado natural, passa a ser permitido qualquer coisa, instaurando assim, um “[...] estado de exceção, no qual tudo se torna possível (AGAMBEN, 2002, p. 43-44).

Estado de exceção este, que muitas vezes se faz perceber cotidianamente, na mídia por meios dos noticiários, nos compartilhamentos de textos-imagens nas redes

sociais – *Instagram*, por exemplo - com assassinatos cometidos contra corpos-vidas com requintes de crueldade contra gays, lésbicas e travestis, como modos de reverberação que outras vivências-afetivo-corporais não são possíveis de serem vividas por esses sujeitos que não se enquadram no regramento das formas de gestão da vida (FOUCAULT, 1988). Desse modo, corpos-vidas que se enquadram ao ideal de humanidade produzido nas tramas do sistema-mundo cisheteropatriarcal, são reconhecidos e premiados com uma vida vivível e desfrutam de respeito e oportunidades, já os que escapam, são tratados com desprezo, precarizados e/ou destituídos de vida, expondo “de forma objetiva que nas sociedades patriarcais heterossexistas não há outra possibilidade se não o ajustamento” (OLIVEIRA, 2020, p. 37) a ordem da gestão da normalização da vida.

É preciso sublinhar que estamos nos referindo aqui a um sistema-mundo político tecido social e epistemologicamente sob a égide de um regime com bases sexista, racistas, heterossexual para citar apenas alguns dos ideais regulatórios e de controle dos nossos corpos-vidas. Desse modo, ao observarmos as imagens-textos que foram utilizadas ao longo do corpo deste texto, é possível inferir que tais artefatos culturais dialogam entre si, pois são utilizados para processos de subordinação e exclusão, consequentemente de classificações e categorizações, demonstrando mais uma vez que o gênero e a sexualidade é uma sofisticada tecnologia cisheteropatriarcal por meio da qual é que se produz corpos-vidas vivíveis e não vivíveis. Nessa perspectiva, associam-se gênero e sexualidades como normais e anormais, oportunizando assim, violências, seja física ou simbólica, e seus resultados em discriminações, arbitrariedades, processos excludentes, nos quais as desigualdades se recrudesçam, justificadas por essas classificações.

Na construção dessa compreensão de gênero e sexualidade que é (im)possível capturar nesses artefatos culturais, naturalizam-se certas tecnologias enquanto outras são invisibilizadas e/ou sistematicamente colocadas como desvio, doença, por isso, socialmente eliminável, como corpos-vidas que estão às margens do humanamente aceitável. Ou seja, a tecnologia social, a qual a heterossexualidade é colocada como natural, a partir das quais as outras são desvio, em nenhum momento é posta em xeque, nem tampouco ressaltando-se a fragilidade de seus critérios, que orientam definições equivocadas de normalidade e anormalidade, assim como de equivalência entre gênero e sexo, limitada a fatores e padrões biológicos.

É possível inferir a partir das pistas que nos dá tais artefatos, que a mesma tecnologia que constitui as categorias - sexistas, heterossexistas..., - de gênero e sexualidade como aceitável e não aceitável - define um único arranjo familiar - pai, mãe e filhas/os (cisgêneros) como o modelo de família, ou seja, a família nuclear, invisibilizando e desqualificando todas as outras formas que uma família pode ter. Modelo de família este que além de ser heterossexista e cisnormativo, é machista, porque coloca a imagem do homem como o provedor da casa. E se olharmos com mais cuidado, perceberemos também que é racista - a figura ideal de homem que forma a família modelo, é branco-, quando não disfarçadamente classista, pois pressupõe certas condições financeira, de moradia..., o que não condizem com boa parte da situação em que vivem as famílias brasileiras.

Assim, arriscamos afirmar que desse modelo de família – heterossexistas, cisonormativo, machista – é construído o sentido de corpos-vidas de machos e fêmeas e é construído o sentido de masculino e feminino. Da naturalização desse modelo, nascem as hegemonias, subalternidades e marginalidades dos outros modelos que giram em torno da ilegitimidade. Aliado a esta perspectiva, a identidade homossexual é vista como um desvio, um comportamento uniforme, singular e que é psicologicamente anormal, quando não vista como um distúrbio genético. Nesse ínterim, percebemos que o avanço do conhecimento antropológico e sociológico que se dá num sentido histórico mais real, e contribui para uma concepção polissêmica e contextualizada de compreensão de gênero e sexualidade, que distancia o seu entendimento de determinismos biológicos, reducentes e simplistas, a exemplo dos que o limitam à reprodução não são considerados nos afretados culturais presentes nessa pesquisa.

### **“AIDS. Doenças Homossexuais Ameaçando Famílias Americanas” – endereçando famílias e homossexualidade**

Elizabeth Ellsworth (2001) defende, a partir de estudos do cinema, que há diferentes “modos de endereçamento” nas produções cinematográficas, assim como nas dinâmicas e práticas escolares – também consideramos outras manifestações como: séries, novelas, músicas, exposições, pinturas, fotografias, desenhos. Podemos ancorar o modo de endereçamento a duas perguntas que nos permitem inferir sobre a potência estética, política, social e pedagógica de tais obras e práticas: quem esta produção pensa que você é ou quer que você seja? Segundo a pesquisadora, as produções cinematográficas comumente (re)produzem posições de sujeito de forma limitada e enviesada. Assim, elas podem excluir, invisibilizar e silenciar diferentes sujeitos, histórias e possibilidades, contribuindo para relações assimétricas de poder e para a naturalização de saberes e modos de ser de maneira essencialista. Entretanto também há potência para inventividade, subversão de normas e posições de sujeito supostamente “naturais”, pois o “modo de endereçamento consiste na diferença entre o que poderia ser dito – tudo o que é histórica e culturalmente possível e inteligível de se dizer – e o que é dito.” (ELLSWORTH, 2001).

A imagem que trazemos, na seção anterior, parece trazer algumas mensagens como objetivo. Mostra que um modelo de família se encontra em perigo, no caso a “família nuclear”. Instaura o pânico moral! Modelo este construído ao longo da história da sociedade ocidental, definida e defendida como formação de organização natural, tornando-se modelo de referência de relações afetivo-sexual e social, pois vivemos nos tempos moderno em um mundo no qual se impõe, conforme nos relata Elizabeth Jelin (2010), “[...] un modelo de familia nuclear y neolocal [...], donde la sexualidad, la procreación y la convivencia coinciden en el espacio privado de un hogar conformado en el momento de la unión matrimonial (JELIN, 2010, p. 22). Por isso, a ênfase na organização do modelo de família nuclear como legítimo e natural, como forma de



manter instável os marcadores de gênero e sexualidade. Nessa mesma direção, Foucault (1988) nos diz que a sociedade moderna, frequentemente, tem buscado “[...] reduzir a sexualidade ao casal – ao casal heterossexual e, se possível legítimo. [...] Assim é a família, ou melhor, assim são as pessoas da casa, os pais, os filhos e em certos casos, os serviçais” (FOUCAULT, 1988, p. 53).

Observamos também que a mesma imagem faz alusão a quem representa esse perigo contra a família nuclear, o que inferimos a partir da mão monstruosa e as cores do arco-íris fazendo referência ao movimento LGBTI+. Quanto à mão que protege a família, pensamos que ela faz referência a um modelo de masculinidade, imponente, viril, sagrado e incontestável, relacionado a diferentes naturalizações. Processos que vêm sendo costurados sócio-histórico-culturalmente em diferentes contextos engendrando e naturalizando relações, sujeitos e práticas como naturais, parte de nossa essência. Semelhante a anterior, usuários conservadores do *Instagram* retomam uma imagem veiculado na imprensa estadunidense na década de 1980.

Em julho de 1983, um pastor, através de um *Boletim da Moral Superior*, veiculou uma campanha que tinha como imagem principal de capa uma imagem de uma família nuclear - cis, heterossexual, branca, composta por pai, mãe e crianças - utilizando máscaras. No topo da imagem, a palavra AIDS aparece em destaque de forma garrafal. Na base encontra-se escrita a mensagem “*Doenças Homossexuais Ameaçam Famílias Americanas*”.

Figura 2 – Imagem “AIDS. Doenças Homossexuais Ameaçando Famílias Americanas”



Fonte: *Instagram*

A campanha, veiculada no início da epidemia HIV/AIDS, trazia como investimento saberes que desumanizavam e estigmatizavam homens gays. Em meio a esse contexto também havia leis<sup>4</sup> que proibiam relações sexuais entre pessoas do mesmo gênero, colocando diversos sujeitos em vulnerabilidade e precariedade social. Dessa forma, a

<sup>4</sup> Em muitos estados ainda é possível a aplicação de técnicas e procedimentos violentos comumente conhecidos como “cura gay”. A demissão de profissionais LGBTTI+ também era uma possibilidade legal até o ano de 2020.

política e a religião atuavam através de construções discursivas e não discursivas para o enquadramento daquelas/es que representavam o suposto “perigo” e relacionalmente aquelas/es que seriam as/os ameaçadas/os. Segundo Michel Foucault (1988), até o fim do século XVIII, as práticas sexuais eram administradas pelo direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Relações de poder-saber que demarcavam linhas entre o lícito e o ilícito. Assim, estabeleciam noções “contra-a-natureza” e “contra-a-lei” engendrando assimilações em que determinadas práticas eram vistas como abominação e infrações à “decretos tão sagrados como os do casamento e estabelecidos para reger a ordem das coisas e dos seres.” (FOUCAULT, 1988, p. 38).

Fragmentos cotidianos que não se limitam ao compartilhamento, mas constituem-se em cenas diárias que são tecidas historicamente por relações de saber-poder e de dispositivos sociais, econômicos e culturais (FOUCAULT, 1988). Ao mesmo tempo em que (re)afirmam o gênero e a sexualidade como tecnologias sociais que estabelecem as relações sociais alicerçadas no perceptível entre os sexos, que estabelece relações de poder e constrói diferenciações, classificações e hierarquizações produzidas e constituídas na ação com o outro, inseridos em uma ampla e complexa teia tecida por meios das relações socioculturais que inscrevem nos corpos as diferenciações e produzem corpos dito de homens e mulheres, inserindo-os numa matriz de inteligibilidade, confirmando, assim, conforme nos diz Berenice Bento em um dos seus escritos que “[...] o corpo já nasce maculado pela cultura” (BENTO, 2006, p. 98). Por isso, vão marcando esses corpos-vidas, definindo-as pela sua sexualidade, inserindo-as numa matriz de inteligibilidade. Ou seja, inscrevendo-as em uma cultura heteronormativa.

Cultura que vai criando normatizações e hierarquizações, baseadas em uma matriz heterossexual, branca, cisgênera, cristã e ao mesmo tempo em que vão jogando para as margens corpos-vidas, formas de existências que forjam a matriz dita como normal, e por isso, valorizadas em detrimentos a outras formas de existências, formas as quais muitas vezes vivem no limiar das existências. Nesse sentido, lembramos Simone Anadon; Marcio Caetano e Mary Rangel (2015) ao assinalarem como tais concepções vão inserindo-se e povoando os diversos *espaçostempos* que compõem a sociedade, as quais se fazem perceber e notar por meio de discursos, expressões, textos-imagens culturalmente alicerçadas no que muitas vezes parecem ser senso comum que determinam juízos de valor sobre determinados grupos sociais e/ou culturais.

Ao centramos nossas análises no material selecionando - imagens-textos e conversas - vinculados nas redes sociais ou na mídia em geral, pensamos que ao serem compartilhadas, replicadas (re)criam percepções e imagens a respeito de pessoas e/ou grupos atribuindo uma teia de significados, ou seja, uma espécie de agenciamento onde consta uma série de atributos que se inscreve nos corpos-vidas legitimando-as ou não. Esse agenciamento de performances, gestos atribuídos a esses corpos-vidas iniciam-se mesmo antes de nascermos - a afirmação que é menino ou menina, é uma matriz histórica inteligível da heterossexualidade.

O texto que segue a imagem provoca e constitui narrativas de corpos-vidas que não cabem no enquadramento das normas da sociedade. Como esses textos-

imagens marcam e convocam as pessoas a pensarem a respeito desses corpos-vidas? Essa pergunta nos direciona aos modos de endereçamentos das perspectivas que o si não existe em si, mas nas relações que são (des)tecidas com os outros. Para dizer isso, acionamos Foucault mais uma vez, para pensarmos quais discursos de verdade esses textos-imagens vão produzindo? Enquadramentos que desqualificam a existência de alguns, (re)produzindo saberes que colocam a homossexualidade como contrária a constituição da família que seria uma ordem natural de Deus, já que a relação sexual na família tradicional cristã estaria orientada apenas para procriação. Assim, sustentam que nenhum outro modelo de relação sexual pode ser aceitável ou natural, reafirmando o ato sexual entre homem e mulher como ordem da criação divina, assim como a família. Portanto, a homossexualidade seria uma ameaça a constituição da “família natural”. Esses discursos constituem e contribuem para uma série de estigmas, discriminações, inserindo corpos-vidas e modos de existências dentro de um contexto de subalternizações, opressões e/ou marginalizações que constituem uma complexidade de formas de gestão da vida.

## Considerações Finais

Buscamos discutir neste artigo, a partir de imagens veiculadas virtualmente, sobre a potência das produções culturais. Consideramos a cultura um campo de disputas, negociações e resistências, sendo, portanto, importante falar de culturas a partir de uma pluralidade. No decorrer dos séculos XIX e XX ela veio se estabelecendo como uma forma de assimilar o controle social instituindo, de forma consciente ou não, formas de ser e estar no mundo. Processos que se dão sutilmente e se espalham estrategicamente pelas nossas relações buscando naturalizar saberes e possibilidades para diferentes sujeitos. Sendo assim percebemos que a cultura não é um campo neutro, pois há diferentes relações de poder implicadas em sua (re)produção.

A utilização da cultura para a associação da homossexualidade como algo patológico e que deve ser combatido não é algo novo, nem isolado. Saberes conservadores vêm atuando nessa produção com justificativas falaciosas de que sexualidades dissidentes seriam um perigo, uma ameaça à criação sagrada de família. Entretanto, pensamos na escola e na cultura em suas potências e possibilidades para a (re)construção de saberes, olhares e relações que investem na (re)construção de uma sociedade democrática. Currículos e práticas que possibilitem (re)pensar e questionar aquilo que/quem comumente aprendemos a enxergar como perigo e/ou como referência. Acreditamos que perigosa é uma sociedade que busca universalizar e homogeneizar sua população e não investir em possibilidades para que seus sujeitos se desenvolvam em suas potencialidades. A formulação de políticas públicas, que busquem reparar estigmas e violências, e realizar debates focados em tais aspectos significa investir na sociedade que desejamos (re)construir, em que vidas sejam valorizadas e cuidadas.

As imagens discutidas buscam limitar a compreensão de família e estigmatizar sujeitos não cisheteropatriarcais se apoiando em falácias. Investem na construção e manutenção de supostas universalidade e neutralidade ancoradas na autoridade e artificial superioridade de um tipo de conhecimento e sujeito. Não busca um cuidado, mas sim a permanência de violências e exclusões. Torna-se necessário questionar pressupostos naturalizados e violentos, mostrar quais vidas o Estado não vem cuidando e de que formas são afetadas. O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, sendo a população travesti/trans as/os mais afetadas/os na comunidade. Legitimar diferentes culturas, mas também formular políticas para grupos subalternizados e marginalizados, são elementos de enfrentamento e posicionamento frente a uma realidade que busca suprimir vidas e possibilidades.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. (2002). **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ANADON, Simone Barreto; CAETANO, MARCIO & RANGEL, Mary. A Galinha Pintadinha e o reino do Galo Carijó: dinâmicas androcêntricas na educação da infância, **Revista Cadernos de Educação**, nº 52, 2015.

BENTO, Berenice. **A (re) invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**: the creation of mods and rockers. London: MacGibbon & Kee, 1972.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis- RJ: Vozes, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A comunicação em rede está revitalizando a democracia**. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia>. Acesso em: 27 out. 2021.

ELLSWORTH, Elizabeth. **Modos de endereçamento**: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Nunca fomos humanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 07-76.

FISCHER, Rosa M. B. **Foucault e a análise do discurso em educação**. *Cadernos de Pesquisa*, n.114, p. 197-223, nov. 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

HYPOLITO, Álvaro.; LIMA, Iana. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. vol.45, São Paulo, 2019, E-pub, Aug15, 2019.

JELIN, Elizabeth. **Pan y afectos**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro, *Direito & Práxis Revista*, nº 16, 2016.

MONDZAIN, Marie-Jos. **A imagem pode matar?**. Lisboa: Nova Vega, 2009.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. v.32, nº.3, p. 725-747, set./dez. 2017

SILVA, Roberto Vinicio Souza da; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; CAETANO, Marcio. A Bicha Docente Despachada: socipoetizando a educação nas diferenças. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 23, n. 55, 2021.

SILVA, Tomas T. da. **Documentos de identidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Megg R. G. de. **O diabo em forma de gente**: (re)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Salvador – BA: Editora Devires, 2020.

Recebido em 15/01/2022.

Aceito em 24/11/2022.